

EXPEDIENTE:	4568/2020
ASSUNTO:	Representação decorrente de fiscalização empreendida no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Palmeirópolis - TO
ENTIDADE:	Câmara Municipal de Palmeirópolis - CNPJ: 02.042.653/0001-69
RESPONSÁVEIS:	Willian de Souza Marques – CPF. 005.959.441-16
RELATOR:	Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar

ANALISE DE DEFESA Nº 13/2022

8.1. Trata-se de fiscalização realizada no âmbito da Quarta Diretoria de Controle Externo acerca do Portal da Transparência do Poder Legislativo de Palmeirópolis - TO, decorrente do Monitoramento que gerou o Relatório Técnico nº 35/2021-4DICE. (Evento 32);

8.2. Mediante OFÍCIO Nº 702/2021/SEPLE (evento 3), foi enviado cópia da Resolução Nº 446/2021-PLENO (evento 26), no sentido de assegurar ao responsável o devido exercício da ampla defesa e do contraditório, solicitou ao mesmo que apresentasse justificativas e/ou esclarecimentos a respeito das irregularidades apontadas na análise, sob pena de multa e demais cominações legais;

8.3. A ANÁLISE PRELIMINAR DE MONITORAMENTO, encaminhou a seguinte proposta:

Diante do exposto, encaminha-se o Relatório Técnico ao Corpo Especial de Auditores e Ministério Público junto a este TCE para conhecimento e providências., a fim de que notifique o Chefe do Poder Executivo, das impropriedades listadas, sob pena de multa e demais cominações legais:

Descumprimento do princípio da publicidade estabelecido no Art. 37 da Constituição Federal/88, como fundamentação geral, bem como não cumpre o artigo 3º e incisos da Lei nº 12.527/2011 Lei de Acesso à Informação.

1. As DESPESAS não foram publicadas em tempo real. Últimos lançamentos de despesas datam de 02/09/2021. Permanecendo inalterado o apontamento em razão da **reincidência**; (Ver figuras 01 e 02);

2. Nenhuma prestação de contas, acompanhada dos balanços está lançada. Permanecendo inalterado o apontamento em razão da **reincidência**. (Ver figura 05);

3. Não constam dados divulgados sobre acompanhamentos de programas, ações, projetos e obras de órgãos ou entidades. Permanecendo inalterado o apontamento em razão da **reincidência**. (Ver figura 14);

8.4. Após as manifestações de defesa do Gestor responsável Sr. Willian de Souza Marques, juntada por meio do EXPEDIENTE 8765/2021 (evento 32), passamos a analisar as justificativas acostadas aos autos, em atendimento ao DESPACHO Nº 861/2021- COPRO (evento 30);

8.4.1. O Gestor Municipal, diante das inconsistências citadas, se manifestou nos seguintes termos:

Venho pelo presente, cumprimentá-lo cordialmente e na oportunidade venho encaminhar por meio deste ofício a certificação de que o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Palmeirópolis está de acordo à legislação vigente. Tratando do mesmo assunto requeremos a juntada no referido processo.

Poderá ser conferido o saneamento das irregularidades conforme demonstração abaixo, atendendo assim a legislação vigente no Portal da Transparência no endereço. <https://acessoainformacao.palmeiropolis.to.leg.br/cidadao/transparencia/sgdespesas>

8.5. Após consultas no portal da transparência, constatou-se que as inconsistências foram devidamente sanadas, porém, outras irregularidades foram detectadas, conforme abaixo e ANEXO EXTERNO:

Conforme a Matriz de Fiscalização da Transparência, podemos ainda concluir que a Câmara Municipal de Palmeirópolis deixou de cumprir 02 itens de exigibilidade Essencial, e 01 item de exigibilidade Recomendada do total de 231 itens possíveis/analizados (que compõe a Matriz), nas exigibilidades para este município **com população menor que 10.000 habitantes (população de Palmeirópolis – TO, é de 7.694 habitantes.)**, conforme dados do IBGE 2021, consideradas Essenciais, Obrigatórias, e Moderadas, respectivamente, indicando que o portal está abaixo daquele exigidos pela legislação e Resolução ATRICON/09/2018, ***principalmente no índice da exigibilidade essencial***, **CUJO ESSE DESCUMPRIMENTO DEVE OCASIONAR O BLOQUEIO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS**, conforme determina o art. 48-A da lei complementar nº 101/2000.

A fiscalização verificou que o portal foi considerado **irregular** devido aos 02 itens das exigibilidades essenciais elencadas abaixo:

ITEM 5: RECURSOS HUMANOS

Subitem 5.7: Ausência de Existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos), conforme figura 01.

Critério/Fundamentação: art. 48, § 1º, II, arts. 3º, I, II, III, IV e V, e 8º, caput § 1º, II e III, da LAI c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e moralidade), e 39, § 6º, da CF.

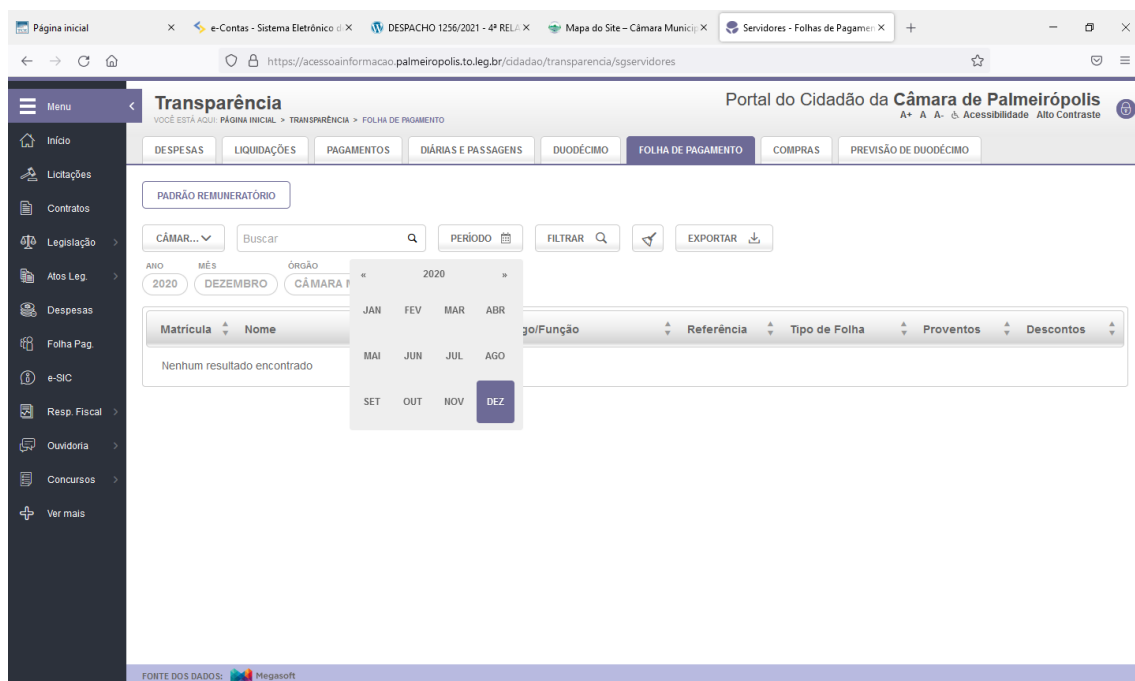


Figura 01 - Ítem 5.7 – RECURSOS HUMANOS

ITEM 6: DIÁRIAS

Subitem 6.9 Ausência de existência de histórico das informações (pelo menos 3 anos), conforme figura 02. Critério/Fundamentação: art. 48-A, I, da LRF c/c art. 7º, VI, da LAI, art. 37, caput, da CF (princípio da publicidade) e Art. 7º, Inc. I, do Decreto nº 7.185/2010;

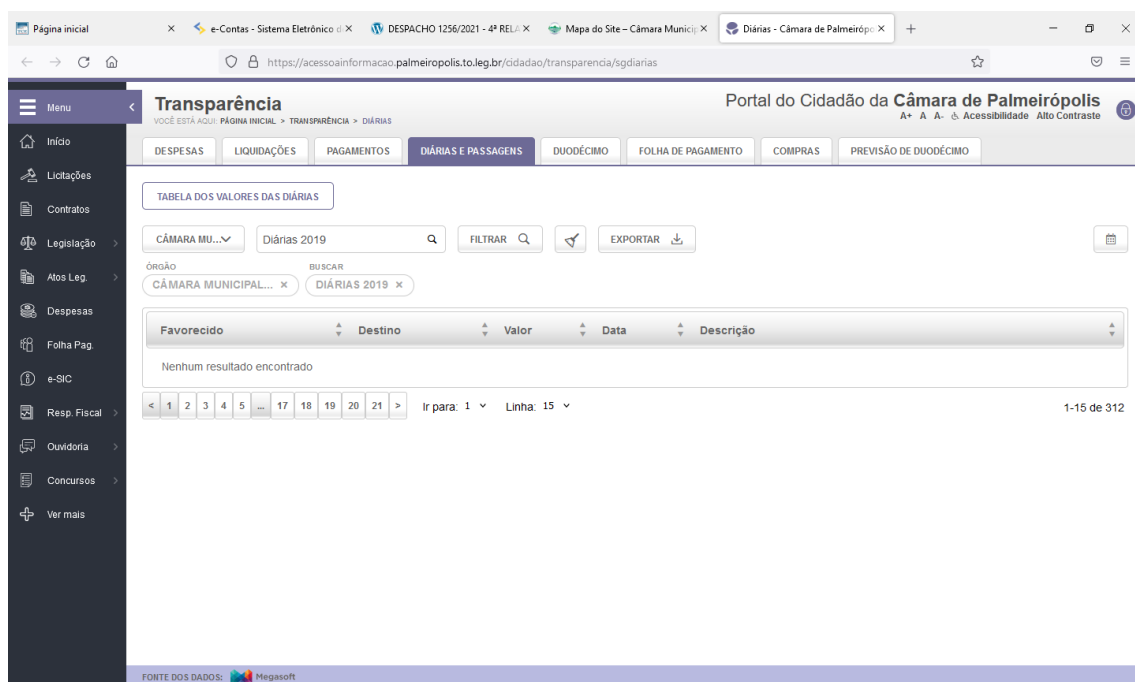


Figura 02 - Item 6.9 – DIÁRIAS

9. CONCLUSÃO

9.1. Ante o exposto, conclui-se que as irregularidades constantes no **RELATÓRIO TÉCNICO Nº 35/2021-4DICE** (evento 31) foram devidamente atendidas, mas outras irregularidades foram detectadas após análise. Sendo assim, sugere-se ao Relator que proceda novas citações ao gestor Sr. Willian de Souza Marques – CPF. 005.959.441-16, presidente da Câmara Municipal de Palmeirópolis nos itens em que o portal foi considerado **irregular**, devido as exigibilidades essenciais elencadas acima.

Palmas – TO, 25 de fevereiro de 2022.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ALBERTO JORGE CARVALHO MACIEL

Cargo: TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - CE - Matrícula: 233498

Código de Autenticação: 2f83fb56649ba6632c6f8cce4aab8961 - 08/03/2022 16:58:11